

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AEAAV	José Luiz Martini (S)
APTA Polo Sul	Cláudia Mira Attanasio (T)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Márcio Tonelotti (S)
	Renato Garofalo (S)
Associação Ambiental Plantar	João José A. de Abreu Demarchi (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Consórcio PCJ	Eduardo Paniguel Oliveira (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
DAE Jundiá	Ana Paula Maria Regra (S)
	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Rita de Cassia Canieo Garcia (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
Diretoria de Ensino de Bragança	Vanessa Toledo Sette (T)
Embrapa	Sandra Furlan Nogueira (S)
ESALQ/USP	Silvio Frosini de Barros Ferraz (T)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior (S)
Geoblue	Vinicius Silva de Macedo (T)
INEVAT	Claudia Grabher (S)
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão (S)
IPSA-C	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
	Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José A. A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T)
	Gabriel Dias Mangolini Neves (S)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Itatiba	Marcio Constantino Vicente (T)
P.M. de Itupeva	Bruno Luiz Gambarotto (S)
P.M. de Jaguariúna	Bruno Vasconcelos da Rosa Pin (S)
	Tiago Henrique Palheta Nery da Silva (S)
P.M. de Jundiá	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schmidt (T)

P.M. de Louveira	Vinicius Gottschall Criscuolo (T)
	Tatiana Fidelis Correira da Silva (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (S)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
	Ramon Pittizer Moreira (S)
P.M. de Rio Claro	Osmar da Silva Júnior (T)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Santa Maria da Serra	Alisangela Spigolon (T)
P.M. de Torrinha	Tathiana Betiza Mangili Sarti Massini (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
P.M. de Vinhedo	Jaderson José Spina (S)
PUC-Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Mariza Fernanda da Silva (T)
SANASA	Renato Garofalo (T)
	Márcio Tonelotti (S)
SANEBAVI	Bruno Caravita (T)
SEMIL/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
SIMBiOSE	Nathalia Diniz Kammer (S)
TNC	Henrique Bracale (T)
	Adriana Kfoury (S)
	Vinicius Gaburro De Zorzi (S)
UNICAMP	André Luís Sotero S. Martim (T)

Membros ausentes
Entidades
Elo Ambiental
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Charqueada
P.M. de Hortolândia
SAAE Indaiatuba
SEMAE

Membros ausentes com justificativa
Entidades
Consórcio Pirai

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Silva
	Tainá Moura
	Bruna Petrini
	Fabio Coca
	Felipe Requena

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

	Kaique Barretto
	Leonardo Baumgratz
	Marina Barbosa
	Mateus Ismael
Instituto Agrônomo/SAA	Afonso Peche Filho
P.M. de Itupeva	Beatriz Daher
P.M. de Jarinu	Ana Loren Lopes

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos onze dias de agosto de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 115ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 04 de agosto de 2023 e retificada em 07 de agosto de 2023. **2. Abertura da 115ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ.** A abertura da reunião foi realizada pelo Srs. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), e Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-RN, que agradeceram a presença de todos e informaram da existência de quórum em segunda chamada (acima de 33% dos membros) para o início da reunião. **3. Informes:** **3.1. Informes da coordenação da CT-RN.** O Sr. Demarchi iniciou os informes da coordenação: **a)** O Sr. Demarchi informou que está sendo elaborado, pela coordenação da CT-Rural, da CT-RN e a Assessoria Ambiental da Agência PCJ uma proposta de Relatório Anual de Atividades da Política de Mananciais das Bacias PCJ, com o foco de gerar índices para acompanhamento da eficácia e da implementação do Programa; **b)** o Sr. Demarchi informou que foi apresentado e aprovado pela Secretaria-executiva dos Comitês PCJ a elaboração de um livro comemorativo, recordando os dez anos de aprovação da Política de Mananciais das Bacias PCJ. Está em processo de estruturação os capítulos e os autores serão convidados

posteriormente; **c)** O Sr. Demarchi destacou que haverá uma reunião extraordinária, a 9ª Reunião extraordinária, a ser realizada em 06/09/23, por videoconferência que foi planejada para tratar sobre o tema da febre maculosa e sua relação na proteção dos mananciais. Assim, ressaltou a importância de todos agendarem essa data e participarem. **3.2. Informes dos membros presente.** O Sr. Demarchi questionou os membros sobre os informes dos membros e não havendo, deu sequência à reunião. **3.3. Informes dos Grupos de Trabalho (coordenadores) (GT-Mananciais e GT-Áreas Protegidas):** O Sr. Demarchi informou que o edital para contratação da empresa para apoio aos técnicos municipais com vistas à elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado, está em andamento, na fase de habilitação técnica das empresas concorrentes. A Sra. Marina Barbosa, da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, apresentou a atualização do procedimento licitatório e informou que ao finalizar o processo, será comunicado aos membros desta CT. **3.4. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** O Sr. Demarchi passou a palavra à Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para os informes: **a) Livroto das Câmaras Técnicas:** a Sra. Tainá informou que na reunião de renovação das Câmaras Técnicas, realizada em 19/07/23, foi disponibilizado a todos o material digital com orientações sobre a constituição e funcionamento dos Plenários e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, revisão 2023. Informou que é importante que todos conheçam pois o documento contém resumos das principais informações sobre o funcionamento e as regras das CTs. O documento está disponível neste [link](#); **b) Equipe de apoio da SE/PCJ:** Regulamentado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, que aprova o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, a Secretaria Executiva (SE-PCJ), desde o mandato 2021-2023, tem exercido o papel de secretaria das Câmaras Técnicas (CTs) e Grupos de Trabalho (GTs) permanentes, contribuindo para uma maior aproximação da Agência das Bacias PCJ e diretoria dos Comitês PCJ e o bom andamento das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, explicou que atualmente a equipe da SE-PCJ dispõe de quatro técnicos que atuam diretamente junto às Câmaras Técnicas, com uma dupla de assessor-analista para cada

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

conjunto de CTs. As técnicas Rebeca Silva e Tainá Moura são responsáveis pelo acompanhamento da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), de Educação Ambiental (CT-EA), de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria), de Saneamento (CT-SA) e de Saúde Ambiental (CT-SAM). Já os técnicos Tiago Georgette e Allan Patrick Campos apoiam as Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); de Outorgas e Licenças (CT-OL); do Plano de Bacias (CT-PB); de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN); e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural). Destacou que as equipes podem sofrer alteração conforme conveniência e disponibilidade. Mais informações sobre o papel da Secretaria Executiva nas CTs podem ser verificadas no Regimento Geral das Câmaras Técnicas e na Nota Técnica Agência PCJ nº 3, disponíveis no site dos Comitês PCJ; e) **Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2023. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Também destacou a atualização do portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em parceria com a Escola Virtual de Governo (EV.G), com a incorporação dos conteúdos da ANA no catálogo de cursos disponíveis na plataforma da EV.G e seguiu informando passo a passo para a navegação e acesso dos temas de interesse. Complementarmente, orientou que os certificados dos cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d)**

Custeio de diárias para membros da Sociedade Civil:

Informou que a concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador, coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que estiver reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@comites.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 opção 7. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ ([link](#)); e) **Próxima reunião agendada dos Comitês PCJ:** convidou a todos para participarem das seguintes reuniões: **i.** 13ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e 90ª Reunião Ordinária da CT-PL, a ser realizada no dia 16/08/2023, às 9h na Plataforma *Youtube* neste [link](#); **ii.** 29ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 13/09/2023, às 9h na Plataforma *Youtube* neste [link](#). A Sra. Tainá destacou que a participação não é obrigatória para não membros; **f) News Comitês PCJ:** A Sra. Tainá informou que todas as reuniões no âmbito dos Comitês PCJ estão sendo acompanhadas pela equipe da Assessoria de Comunicação da Agência PCJ, sendo que os membros podem acompanhar acessando o *site* dos News Comitês PCJ disponível no [link <https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>](https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/). **4. Aprovação da minuta da Ata da 113ª Reunião Ordinária:** Quanto à aprovação da ata, o Sr. Demarchi informou que a minuta da ata da 113ª Reunião Ordinária, realizada em 19/07/23, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental e questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Aprovação de novo membro:** Na sequência, o Sr. Demarchi passou a palavra para a Sra. Tainá Moura que informou que a Secretária-executiva dos Comitês PCJ recebeu em 01/08/2023 ofício encaminhado pela Prefeitura Municipal de Jarinu/SP solicitando ingresso na CT-RN como membro e indicando o Sr. Arthur de Almeida como representante titular e a Sra. Ana Loren Lopes como representante suplente. Informou que no mês de julho de anos ímpares, todas as entidades podem ingressar nas CTs e que após esse período, o acesso se dá por meio da aprovação dos demais membros da CT. Assim, o Sr. Demarchi colocou em apreciação, sendo aprovado por todos o ingresso da P.M de Jarinu/SP como membro da CT-RN. **6. O mercado de Carbono e a Agenda da Restauração:** O Sr. Demarchi convidou a Sra. Adriana Kfoury, Diretora da Estratégia da Mantiqueira na TNC Brasil, para realizar sua apresentação. A Sra. Adriana agradeceu a oportunidade e iniciou apresentando o Plano Conservador da Mantiqueira, que abrange mais de 600 (seiscentos) municípios passando pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, abrangendo território além da Serra da Mantiqueira. Informou que é uma iniciativa coletiva desde 2015 abrangendo várias instituições. Informou que os pilares do Programa são: i. Políticas Públicas; ii. Governança; iii. Capacitação/Cadeia da Restauração. A instituição TNC atua e apoia com mecanismos financeiros para restauração e na

organização territorial. Isso se dá por conta de que a maior parte dos remanescentes de Mata Atlântica estão em propriedades particulares e que uma estratégia de ampliação das áreas restauradas é buscar converter áreas de baixa aptidão agrícola. Na sequência, apresentou as oportunidades do Programa que são a restauração em escala, projeto integrado, adequação ambiental das propriedades, a sustentabilidade ambiental, a conservação da biodiversidade por meio da conexão dos remanescentes com implantação de corredores ecológicos e a segurança hídrica regional. Com essas oportunidades, busca-se criar uma imagem positiva do agronegócio. Informou que o Mercado de Carbono pode ser uma estratégia de obtenção de recursos para indução da restauração florestal, já que o recurso não é suficiente, mas possibilita o início do processo. Apresentou o conceito do crédito de carbono e a estratégia de precificação desse volume do carbono não emitido ou recuperado. Informou que o valor atual da tonelada de carbono está na faixa de US\$15 (quinze dólares) e que para obter esse recurso envolve o engajamento dos proprietários, ações de isolamento e restauração, a certificação, a verificação e a equidade. O cálculo é de que um hectare produz aproximadamente crédito de dez toneladas de carbono, sendo, portanto, insuficiente, mas que auxilia no processo. A demanda por crédito de carbono vem de empresas que emitem muito carbono na atmosfera e que após as melhorias tecnológicas, não conseguem diminuir mais e compensam com a aquisição desses créditos. Informou que o processo de certificação é necessário para comprovação sendo que duas normativas utilizadas são o *Verified Carbon Standard - VCS* ([link](#)) e o Clima, Comunidade e Biodiversidade - CCB ([link](#)), que são acompanhados pela plataforma VERRA ([link](#)) onde empresas interessadas em comprar esses créditos de carbono podem acessar e comercializar créditos certificados. Citou como uma parceira a empresa Mercado Livre que está reformulando sua estrutura tecnológica e buscando compensar o carbono emitido, sendo que no momento, estão compensando com projetos na região com área de 2.717 ha (dois mil, setecentos e dezessete hectares), que envolve o contato com propriedades, implementação e registro dessa área certificado na plataforma VERRA para comercialização do crédito de carbono, sendo que a primeira fase de verificação do crédito gerado acontecerá em cinco anos



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

e depois em dez anos. Quanto aos desafios desse processo, a Sra. Adriana destacou a organização do território que contou com os parceiros implementadores engajados, os arranjos locais e a cadeia da restauração. Dentre os desafios para buscar o proprietário rural, destacou a compreensão de projetos de carbono e mercado, restauração e regeneração natural, os benefícios e equidade do aceite ao projeto e o estabelecimento de contratos de longo prazo. Para ser uma área elegível, a área não pode ter passado por processo de desmatamento nos últimos dez anos e continuar sem cobertura florestal. Para garantir a permanência da área florestada, os investimentos, prioritariamente, acontecem em APP e Reserva Legal e uma estratégia é a verificação se a área pode se tornar uma floresta sem um projeto de plantio. Informou que o projeto apoiado pelo Mercado Livre abrange o pagamento de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA com valor de R\$300,00/ha/ano (trezentos reais por hectare por ano) no prazo de cinco anos e haverá a verificação do carbono captado no quinto e décimo ano. Destacou que do crédito de carbono gerado, 80% (oitenta por cento) ficam com o Mercado Livre que é o financiador e 20% (vinte por cento) ficam para livre comercialização pelo produtor. A partir do décimo primeiro ano, o crédito gerado é do produtor rural, mas os custos de comercialização e certificação ficam com o produtor. Como melhoria do processo, a Sra. Adriana destacou a possibilidade de se ter um contrato de longo prazo de 30 (trinta) anos, um valor maior para PSA, e aumentar o crédito da empresa investidora e melhorando a renda do produtor no PSA e com gatilhos de acompanhamento do preço do crédito de carbono comercializado. Após a apresentação, o Sr. Demarchi parabenizou pela explanação e abriu espaço para os membros apresentarem dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra, questionou sobre o uso do Cadastro Ambiental Rural - CAR nos Projetos Integrados da Propriedade - PIPs e a Sra. Adriana informou que o CAR é utilizado na elaboração, mas que demanda sua verificação para consideração. O Sr. Jose Luiz Martini, representante da AEA AV, questionou sobre o que acontece se a área passar por incêndios no projeto de crédito de Carbono. A Sra. Adriana informou que, ao registrar o projeto no VERRA, uma parte dos créditos

ficam num espaço chamado “buffer”, onde um percentual do crédito fica como reserva para caso ocorra sinistros como incêndios em que se desconta dessa reserva e se não houver o incêndio, esse limite é liberado ao final do projeto de trinta anos. O Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, questionou o quanto os custos de certificação representam no montante do pagamento do crédito de carbono e a Sra. Adriana respondeu que a produção do documento envolve cifras por volta de R\$700 mil (setecentos mil reais), variando o tamanho e complexidade da área, que podem inserir outros projetos depois. Assim, o percentual varia e a Sra. Adriana informou que a certificação atual abrange toda a área das Bacias PCJ, possibilitando o ingresso de novas áreas nesse projeto. O Sr. Henrique Bracale, representante da TNC Brasil, complementou informando que a Política de Mananciais das Bacias PCJ propicia boas oportunidades para projetos como esse porque envolve diversas instituições nas Unidades Gestoras de Projetos (UGPs) locais que pode reduzir custo e aumentar a eficácia dos projetos. O Sr. Demarchi destacou que a inclusão dos projetos de carbono na iniciativa da Política de Mananciais das Bacias PCJ tem bom potencial e que a mensuração e avaliação dos créditos de carbono fixados no solo pode ser positivo. Por fim, agradeceu a contribuição de todos e deu sequência à reunião. **7. Diretrizes para requalificação hidrológica em áreas de produção agropecuária:** O Sr. Demarchi convidou o Sr. Afonso Peche Filho, pesquisador doutor do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC/SAA), para realizar sua apresentação. O Sr. Afonso agradeceu a oportunidade e realizou a apresentação “Diretrizes para requalificação hidrológica em áreas de produção agropecuária”. Iniciou apresentando algumas características da agricultura: i. a agricultura impacta progressivamente; ii. a degradação é uma herança de uma agricultura centrada no produto; iii. a água e a radiação solar não são somente dádivas; iv. a construção de ambientes produtivos é de cima para baixo; v. o manejo hidrológico segue o “ciclo da água” na natureza. Como pressupostos destacou que toda área agrícola apresenta algum tipo de degradação; que a biodiversidade, o ar, a água, a matéria orgânica e solo são características indissociáveis; que o agricultor produz ambientes em coevolução (degradados ou produtivos); que existe uma diferença entre conservar



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

ambientes e controlar impactos ambientais; que a dinâmica da cobertura é que move a hidrologia; que a gestão de águas existe na propriedade, mesmo que oculta. Na sequência, apresentou as dimensões da gestão hidrológica desde o macro até o micro, sendo também as dimensões da gestão de águas pluviais. Ou seja, as dimensões envolvem, na sequência, bacias hidrográficas, propriedade, espaços, paisagens, vertentes, cenários e solos. Assim, destacou a importância do agricultor planejar e executar um Plano de gestão de águas na propriedade rural, contemplando a administração, o gerenciamento e a operação das águas na propriedade com foco na manutenção da fertilidade, controle da erosão e não depreciação da qualidade do solo. Destacou que esses procedimentos envolvem as águas pluviais, subterrâneas, superficiais, represadas, captadas, de irrigação, cinzas, paradas, drenadas e de reúso. Na sequência, apresentou as Diretrizes para requalificação hidrológica, que passa pela intervenção por meio de obras para alterar ou melhorar a condição hidrológica na propriedade, pensando em secas e inundações. Essas diretrizes passam pelo planejamento técnico, análise da metamorfose hidrológica, o inventário das necessidades, o diagnóstico de sinais hidrológicos, a análise climática e análise de eventos hidrológicos. Informou que o Plano Hidrológico da Propriedade, ou plano de requalificação tem como objetivos: a adequação às mudanças climáticas; a adequação legislativa; o desenvolvimento de ocupação e uso; a preservação do “patrimônio hidrológico”; e a requalificação cênica da paisagem. Como ações básicas, apresentou a importância do monitoramento e diagnóstico do acervo documental, que envolvem imagem digitais, como Mapa planialtimétrico ou MDE da propriedade, Mapa pedológico, Mapa de ocupação e uso. Envolve também o Relatório climático, que abrange análise climática, análise de precipitação, previsão climática e o histórico e reconhecimento local. Como ações práticas, destacou: i. a construção de instrumentos com compartimentação da área, a quantificação e análise de cenários e o circuito de reambulação; ii. a caracterização dimensional de compartimentos, com as áreas de produção (AP), áreas de proteção (PR), áreas de locomoção (LO), áreas lindeiras (LI), áreas construídas (AC) e áreas úmidas (AU); iii. a quantificação e análise de programação, com ações de orçamentação,

planejamento operacional e o monitoramento de obras; iv. o planejamento da manutenção de compartimentos, sendo eles, as áreas de produção, as áreas de proteção, as áreas de locomoção, as áreas lindeiras, as áreas construídas e as áreas úmidas. Por fim, o Sr. Afonso destacou que a preservação e gestão do carbono no solo é imprescindível para conservação dos solos e garantia da qualidade da água, buscando assim, uma propriedade agro sustentável. Após a apresentação, o Sr. Demarchi parabenizou pela explanação destacando a importância da conservação do solo para conservação das águas e destacou que é um foco em processo de priorização na revisão da Política de Mananciais das Bacias PCJ e abriu espaço para os membros apresentarem dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Henrique Bellinaso, representante da CATI/SAA, questionou sobre a qualidade da abrangência dos diagnósticos existentes dos solos. O Sr. Afonso destacou que há a importância de se pensar tanto no patrimônio hidrológico como pedológico da propriedade e que há a necessidade de bem geri-los para que ela possibilite fornecer serviços para a sociedade. Reforçou a importância de cada propriedade ser pensada onde a propriedade está situada na bacia hidrográfica e pensar como gerenciar a forma de conservação da água, já que a posição geográfica determina volume e concentração de água. O Sr. Henrique recomendou a todos o artigo “Potencial de sequestro de carbono em diferentes biomas do Brasil” de 2010, disponível neste [link](#), o portal de solos da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), disponível neste [link](#) e o livro “Soil Organic Carbon: the hidden potential”, de 2017 disponível neste [link](#). O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra, questionou sobre a metodologia para aferição de quanto a infiltração de água em solos bem manejados podem diminuir curvas de cheia pós-precipitação. O Sr. Afonso comentou sobre alguns estudos realizados na Europa e Ásia que avaliam o impacto das chuvas em áreas urbanas resultam na bacia e destacou a necessidade de se avaliar o quanto de pluviosidade uma determinada localidade precisa para atender suas necessidades e como atuar para que esse manejo das áreas possibilitam a infiltração e as características das culturas agrícolas existentes. O Sr. Demarchi agradeceu a contribuição de todos e deu sequência à reunião. **8. Palavra aberta:** o Sr. Demarchi

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-RN - 11/08/2023 - 9h Reunião por videoconferência - *Google Meet*

informou do envio no dia 03/08 por e-mail aos membros da CT-RN e da CT-Rural de cópia do PAA nº 1097.36.2023, que trata sobre o Procedimento Administrativo de Acompanhamento instaurado com o objetivo de fomentar e acompanhar a execução do Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando à Conservação da Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para ciência dos membros da CT-RN, a pedido do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA-PCJ, núcleo Campinas/SP do Ministério Público. O Sr. Demarchi abriu espaço para Palavra Aberta e não havendo solicitação, deu prosseguimento na pauta. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-RN, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima 9ª Reunião Extraordinária a ser realizada em 06/09/2023, por videoconferência e início às 9h.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-RN